



Nº 57 - JULHO/AGOSTO DE 2024

REVISTA

RECONEXÃO PERIFÉRIAS

Jovens periféricos lutam por reconhecimento de sua cultura

Leonardo Fontes: Os dilemas da proteção ao trabalho no século XXI

Entrevista: Ruan Bernardo, "jovem da quebrada" fala sobre racismo, juventude negra e a vida na periferia



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



ESPECIAL **CADERNO TERRITORIALIZAÇÃO**

Jovens periféricos lutam por reconhecimento de sua cultura



FOTO: JORNAL BRASIL DE FATO

Na semana em que o presidente Lula sancionou o "Dia Nacional do Funk", um reconhecimento mais que merecido para uma cultura que nasceu nas periferias e conquistou o Brasil e o mundo, a revista **Reconexão Periferias** lança sua edição de julho/agosto.

Os desafios e conquistas da juventude negra periférica são temas desta edição, que marca o Dia do Estudante e o Dia Nacional da Juventude, ambos celebrados em agosto. A edição fala também sobre a importância das cooperativas de economia solidária para produção de alimentos saudáveis e

as questões do trabalho informal e acesso a direitos que afetam particularmente motoristas que trabalham por aplicativos.

A revista traz um registro da quarta Jornada de Territorialização 2024, realizada em 15 de junho, em Belém (PA), quando foi lançado o caderno *Cha-*

PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS ■ DIRETOR RESPONSÁVEL ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ COORDENADOR DO PROJETO PAULO CÉSAR RAMOS ■ EQUIPE RUAN BERNARDO, SOFIA TOLEDO, VICTÓRIA LUSTOSA BRAGA, DARLENE TESTA, MATHEUS TANCREDO TOLEDO E VILMA BOKANY ■ COLABORADORES SOLANGE GONÇALVES LUCIANO ■ EDIÇÃO E REVISÃO ROSE SILVA E FERNANDA ESTIMA ■ PRODUÇÃO EDITORIAL CAMILA ROMA ■ PROJETO GRÁFICO CACO BISOL ■ DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO PAULO OKAMOTTO (PRESIDENTE), VÍVIAN FARIAS (VICE-PRESIDENTA), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ARTUR HENRIQUE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JORGE BITTAR, LUIZ CAETANO, NAIARA TORRES E VIRGÍLIO GUIMARÃES.

cinas e Policiamento: os casos de Belém e Complexo do Salgueiro, que aprofunda dados da pesquisa “Chacinas e a politização das mortes no Brasil”, realizada desde 2018 pelo Projeto Reconexão Periferias. A Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas e o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec-RJ) são parceiros na segunda fase da pesquisa.

No texto *Os dilemas da proteção ao trabalho no século XXI*, o professor da Universidade Estadual de Campinas Léo Fontes afirma que “cientistas sociais e economistas críticos têm apontado que essa ideia de autonomia e liberdade por trás do trabalho contemporâneo é uma ilusão vendida pela ideologia neoliberal que esconderia uma maior exploração do trabalho por parte das grandes corporações e a precarização das relações trabalhistas”.

Em um relato sobre a festa de Iemanjá, que se tornou patrimônio imaterial de Fortaleza (CE), Pai Ricardo de Xangô e Mãe Bia

de Pombagira afirmam que a ocasião é uma forma de resistência pela ancestralidade, que traz para o polo de turismo cearense uma comunicação pacífica sobre o que são as práticas da religião umbandista.

Na *entrevista*, o jovem Ruan Bernardo, estudante e pesquisador do projeto Reconexão Periferias, conta sobre sua história que representa bem as lutas, dificuldades e vitórias da juventude periférica brasileira. Nascido e criado em Cidade Tiradentes, no extremo leste da capital paulista, é filho de migrantes que vieram de Alagoas e da Bahia em busca de oportunidades e uma vida digna. Aos 23 anos, ele se prepara para concluir o curso de Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo.

A seção *Perfil* apresenta o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa), um quilombo urbano fundado durante o movimento de redemocratização do Brasil. Seus objetivos são ligados diretamente à luta contra o racismo, o preconcei-

to, a discriminação e as desigualdades sociorraciais. As ações do coletivo estimulam o aumento da autoestima da população negra e a busca por cidadania plena. Além disso, levam em conta a necessidade de aprovação de políticas públicas específicas para a população negra por meio de ações afirmativas.

Na seção de *Arte*, a multiartista visual, artesã, empreendedora e educadora social licenciada em Artes Visuais pela Universidade Federal do Amazonas Skarlati Kemblin apresenta obras cujo foco é a reparação da memória, a partir da imagem, no que diz respeito ao corpo escuro na sociedade brasileira, em um contexto de liberdade, fé e autoestima. E também a artista visual, ilustradora, quadrinista e artista gráfica Gyselle Kolwalsk mostra sua obra *Paciente do Vazio*.

A revista também traz as seções *Programas* e *Oportunidades*.

Boa leitura! Boas lutas! ■

Os dilemas da proteção ao trabalho no século XXI

LEONARDO FONTES

LEONARDO FONTES
É PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (IFCH/UNICAMP) E PESQUISADOR DO NÚCLEO DE ETNOGRAFIAS URBANAS DO CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISES E PLANEJAMENTO (NEU/CEBRAP)



FOTO: DIVULGAÇÃO

“Trabalhando por conta própria eu tenho mais liberdade, faço meus horários, não preciso dar satisfação ao patrão e se eu quero ganhar mais, trabalho por mais tempo”. Quem já conversou com um motorista ou entregador de aplicativos, um vendedor ambulante, um pequeno empreendedor ou um trabalhador autônomo sobre suas condições de trabalho seguramente já ouviu afirmações parecidas com essas.

Cientistas sociais e economistas críticos têm apontado que essa ideia de autonomia e liberdade por trás do trabalho contemporâneo é uma ilusão vendida pela ideologia neoliberal que esconderia uma maior exploração do trabalho por parte das grandes corporações e a precarização das relações trabalhistas.

Sem discordar dos evidentes interesses capitalistas por trás da desregulamentação do trabalho nas últimas décadas, duas questões concretas se colocam como desafios para

que trabalhadores da base da pirâmide social acessem direitos fundamentais e consigam exercer o trabalho de forma decente na atualidade.

De um lado, as condições estruturais do capitalismo contemporâneo. A desindustrialização de boa parte dos países do ocidente, em especial na periferia do capitalismo, e a revolução tecnológica que estamos vivendo com o mundo dos algoritmos e da Inteligência Artificial está mudando radicalmente as condições de trabalho. O mundo em

que todos os trabalhadores de uma mesma empresa precisavam estar ao mesmo tempo no mesmo lugar para que uma linha de produção funcionasse não existe mais e não voltará a existir.

De outro lado, é preciso levar em conta os interesses e desejos dos próprios trabalhadores. Afirmar que estão “iludidos” por uma falsa promessa de liberdade ou que sua subjetividade foi capturada pelo neoliberalismo revela muito mais sobre a presunção de quem faz essa afirmação do que sobre as condições

de vida dos trabalhadores contemporâneos.

Este texto pretende discutir justamente os desafios contemporâneos para pensarmos formas de proteção aos trabalhadores diante das novas formas de trabalho e das aspirações dos próprios trabalhadores por mais liberdade e autonomia.

Liberdade x proteção

Um dos traços fundamentais do capitalismo está no predomínio do trabalho livre sobre outras formas de trabalho compulsório que existiram ao longo da história da humanidade.

Para o trabalhador, ser livre tem dois significados identificados por Marx ainda no século XIX: não ter obrigações legais de seguir trabalhando para um determinado patrão e ser “livre” da propriedade dos meios de produção, ou seja, dos bens que possibilitam que as mercadorias sejam produzidas como máquinas, ferramentas, terra e, obviamente, capital.

Assim, os trabalhado-

res podem escolher não trabalhar, ao contrário de uma pessoa escravizada ou presa a uma relação de servidão medieval. No entanto, essa “escolha” significa que não terão condições de suprir suas necessidades básicas e muito provavelmente morrerão de fome.

O liberalismo econômico, ideologia dominante no mundo ocidental até a crise de 1929, pregava que o trabalho deveria ser tratado como uma mercadoria qualquer, ou seja, que a livre oferta e demanda estabelecida no mercado de trabalho determinasse seu valor. Assim, a liberdade de comprar e vender trabalho deveria imperar e o Estado deveria se manter fora dessa relação.

No entanto, conforme Karl Polanyi identificou em seu seminal estudo “A Grande Transformação”, o trabalho não é uma mercadoria comum, como é uma mesa, um carro ou uma peça de roupa que foram produzidos justamente para serem vendidos no mercado. O trabalho

humano só se tornou uma mercadoria com o advento do capitalismo e essa liberdade indiscriminada na relação entre trabalhadores e capitalistas poderia levar, em última instância, à destruição do trabalho uma vez que a própria vida e reprodução dos trabalhadores estaria em risco.

Isso ocorre porque a tendência dos capitalistas é buscar sempre a maximização de seus lucros, o que resultaria em um aumento das jornadas de trabalho e uma redução dos salários. Trabalho infantil, trabalho de gestantes e idosos em condições insalubres, jornadas de 14 ou 16 horas. Nada disso são problemas do ponto de vista do capitalista, como a história já demonstrou.

Os próprios trabalhadores nos séculos XIX e XX notaram a necessidade de demandar algo além da liberdade para garantir sua própria sobrevivência e passaram a se organizar e exigir diferentes formas de proteção por parte do Estado. Assim como a liberdade, a proteção têm dois desdobramentos possíveis.

De um lado, significa buscar proteção dentro das relações trabalhistas de modo a evitar uma superexploração dos trabalhadores (salário mínimo, limite da jornada de trabalho, segurança no trabalho, descanso semanal, férias). De outro, há a necessidade de proteger os trabalhadores das intempéries do capitalismo como as crises que provocam desemprego e pauperização das pessoas e nos casos de impossibilidade de trabalhar (seguro desemprego, aposentadoria, auxílio doença, auxílio maternidade, além de políticas de assistência social).

Com isso, ao longo do século XX, uma série de proteções aos trabalhadores foram estabelecidas e as condições de vida melhoraram consideravelmente, sobretudo nos países centrais do capitalismo mundial. No entanto, a partir da década de 1980, com o avanço do neoliberalismo, levado adiante inicialmente pelos governos de Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos, essas

proteções começaram a ser desmontadas progressivamente e o discurso em nome da liberdade do mercado voltou a prosperar.

O desafio brasileiro

No Brasil, a realidade é ainda mais complexa. A informalidade no mercado de trabalho é um problema estrutural do capitalismo dependente latino-americano e, em particular, no caso brasileiro. Por aqui, cerca de metade da força de trabalho sempre esteve fora de qualquer relação trabalhista formal. Ainda hoje, esse número segue rodeando a casa dos 40% do total de trabalhadores afetando em especial as camadas mais pobres, com menos acesso à educação formal, negras e periféricas, como mostram os dados do painel elaborado pelo Reconexão Periferias¹.

Portanto, quando as ideias neoliberais chegaram por aqui, na virada para os anos 1990, parcela significativa dos trabalhadores brasileiros não se viam necessariamente perdendo direitos

ou subitamente desprotegidos diante das forças do mercado, uma vez que nunca haviam desfrutado de tal proteção.

“Trabalhar para você mesmo” ou “por conta própria” sempre foram valores centrais para boa parte dos trabalhadores, sobretudo os moradores de áreas periféricas de grandes cidades. A autonomia diante da ausência de um patrão, a liberdade para fazer seus próprios horários – mesmo que isso signifique jornadas extenuantes – são valores enraizados nas práticas e ideias de trabalhadores brasileiros.

É preciso, portanto, analisar o caso brasileiro a partir da sua própria dinâmica e história. O uso de categorias importantes dos países centrais como “precarização” ou “subjetividade neoliberal” pode esconder elementos centrais da nossa realidade como a precariedade histórica na vida e no trabalho de milhões de pessoas e as aspirações que essas pessoas desenvolveram diante de

situações opressivas que foram obrigadas a driblar por gerações.

Relações autoritárias e abusivas no ambiente de trabalho, assédio moral e sexual, instabilidade mesmo em relações formais de trabalho e inúmeras relações de racismo, sexismo e misoginia moldaram subjetividades que buscam, com frequência, autonomia e liberdade, mesmo que em detrimento de formas de proteção.

Superar a cidadania regulada

O governo Lula tem feito esforços no sentido de regulamentar o trabalho por aplicativo e já apresentou uma proposta ao Congresso Nacional formulada a partir de discussões realizadas entre trabalhadores e empresários do setor. No entanto, a proposta tem recebido críticas e ressalvas de diversos setores da sociedade.

Embora o esforço do governo seja louvável diante do crescimento dessa forma de trabalho conhecido como “uberização” ou “plataformização do trabalho”, a

proposta é insuficiente para atender ao mesmo tempo os anseios dos que estão desempenhando esse tipo de trabalho e as necessidades de proteção no ambiente tecnológico contemporâneo.

Até pouco tempo atrás, o paradigma de trabalho precarizado e que recebia forte atenção de sociólogos do trabalho estava no setor de telemarketing, hoje realizado em grande parte por computadores. Atualmente, esse paradigma se deslocou para o trabalho intermediado por algoritmos e plataformas digitais. Com a revolução tecnológica que estamos vivendo, com o advento da Inteligência Artificial e a automação de diversos processos, é bem provável que o trabalho não só de motoristas e entregadores, mas também diversas atividades tidas como “trabalho intelectual”, desapareçam em alguns anos.

Por isso, é preciso pensar formas de proteção aos trabalhadores para além das relações trabalhistas formais. Até a Constituição de 1988, o Brasil

vivia sob regime do que Wanderley Guilherme dos Santos chamou de “cidadania regulada”. Nesse modelo fundado pela lógica varguista, políticas de saúde, assistência e previdência social só estavam ao alcance de quem exercia alguma atividade regulamentada, filiado a um sindicato e com registro na carteira de trabalho.

Embora nossa Constituição tenha assegurado direitos sociais fundamentais como o SUS, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros, boa parte dos direitos seguem restritas aos que conseguem um emprego formal. A formalização via Microempreendedor Individual (Mei) buscou contornar em parte essa restrição. Entretanto, esse importante instrumento tem sido cada vez mais usado para precarizar relações laborais por meio da chamada pejotização.

Ao mesmo tempo, minha experiência de pesquisa com trabalhadores das periferias urbanas têm

mostrado que muitos deles, em momentos de crise, deixam de pagar o MeI para poder comprar outros itens essenciais para suas famílias. Com isso, acabam desprotegidos justamente nos momentos em que mais precisam.

Dessa forma, a discussão sobre proteção às diversas modalidades de trabalhadores das periferias brasileiras precisa superar as dicotomias entre trabalho formal e informal e assegurar a todos que trabalham alguns direitos fundamentais. Na vida real, as pessoas transitam e muitas vezes conciliam atividades formais e informais como forma de sua estratégia de sobrevivência.

Para isso, é preciso retomar o debate, esquecido desde o governo Lula 2 a respeito de uma Consolidação das Leis Sociais. Trata-se de pensar um conjunto de garantias que deve ser oferecido a todas as pessoas, independente da profissão ou do regime de trabalho e que inclui, entre outras coisas, uma renda básica de cidadania,

aposentadoria – mesmo para quem não contribuiu por tempo suficiente – proteção em caso de acidentes, doenças ou maternidade/paternidade e descanso remunerado.

Além disso, é preciso assegurar o direito ao trabalho digno para todas as pessoas, de modo a evitar tanto que as pessoas sejam superexploradas pelo setor empresarial quanto que não sejam molestadas em suas atividades por agentes do poder público. Para isso, é preciso promover uma regulamentação desburocratizada de profissões como vendedores ambulantes, tarefa que compete primordialmente aos governos locais, mas que pode ser incentivada em nível federal.

Por fim, temas há muito esquecidos como a redução das jornadas de trabalho e o combate a relações abusivas e opressivas dentro das empresas são fundamentais. Proteção não pode mais significar perda de liberdade, autonomia e dignidade, por isso, questões de raça e gênero, dentro e fora do

mercado de trabalho, não podem ser colocadas em segundo plano.

Não são temas simples de serem tratados e conciliados, mas o Estado é o único órgão com força e legitimidade para garantir que a balança do “livre mercado” não siga pesando somente para o lado do setor empresarial. Se os trabalhadores brasileiros não enxergarem no Estado e na democracia mecanismos de proteção para suas vulnerabilidades é bastante provável que se voltem para outras entidades privadas e apostem na sua individualidade como única saída possível.

Nesse cenário, em que a “lei do mais forte” tende a imperar e o Estado perde sua legitimidade diante de respostas tecnocráticas que privilegiam a austeridade fiscal, saídas autoritárias como as que quase experimentamos no Brasil nos últimos anos certamente voltarão a nos assombrar. ■

Festa de Iemanjá, patrimônio imaterial de Fortaleza

PAI RICARDO DE XANGÔ E MÃE BIA DE POMBAGIRA



FOTO: DIVULGAÇÃO

Para muitos, em Fortaleza (CE), o 15 de agosto tem uma representação religiosa que virou, inclusive, feriado: o dia de Nossa Senhora da Assunção. Para nós, umbandistas, é quando se comemora a Festa de Iemanjá.

Iemanjá não tem o nome de santa, mas, como Nossa Senhora, parece sobre nossas cabeças, ajudando a ter discernimento durante a nossa

existência, e por isso tem uma importância sobre as nossas vidas. Como patrimônio imaterial alcançado em 2015, a festa representa muito mais

que apenas uma comemoração. É uma luta de preservação da memória dos povos de terreiro.

A Associação Pai Luiz de

Aruanda, com a direção de Pai Ricardo de Xangô e Mãe Bia de Pombagira, defende a grande importância da homenagem à rainha das águas, valorizando a simbologia, a transmissão e a prática de tradições fundamentais para a identidade da comunidade. E lutou para que a festa alcançasse outras regiões, saindo da Praia do Futuro e migrando parcialmente para o aterro de Iracema, resgatando também uma grande parte de terreiros que não participavam mais da festa por conta da logística de segurança que assombrava a comemoração. Essa migração não apenas deixou a festa mais notória como também trouxe nossas práti-

cas religiosas para perto de outras comunidades, demonstrando na prática a nossa fé e cultura.

A festa de Iemanjá não apenas se tornou uma festa tradicional, mas, como uma forma de resistência pela nossa ancestralidade, traz para um polo de turismo cearense uma comunicação pacífica sobre o que são as práticas da religião umbandista. Com essas conquistas, a Associação Pai Luiz de Aruanda constrói tradições que serão perpetuadas para a construção de memórias e saberes que abrangem toda a comunidade umbandista, trazendo identidade e importância para as nossas celebrações.

Há mais de trinta anos,

pai Ricardo de Xangô e Mãe Bia de Pombagira abraçaram a missão de ter um centro espírita de umbanda, com a determinação de que a doutrina umbandista ultrapassasse as barreiras do terreiro e chegasse a todos. Com muita dedicação e fé, em 2012 ajudaram a reconstruir a Festa de Iemanjá, alterando e expandindo a tradição para o aterro da Praia de Iracema. A Associação Pai Luiz de Aruanda não apenas ajuda na fomentação de diretrizes para os povos de terreiro, como é um ícone de resistência contra a intolerância religiosa. ■



FOTO: DIVULGAÇÃO SECRETARIA DE CULTURA DE FORTALEZA (SECULTFOR)

Caderno Chacinas e Policiamento teve lançamento em Belém

Pesquisa mostra que das 786 chacinas reportadas em jornais do Brasil de 2011 a 2020, 111 são motivadas por policiamento, envolvendo agentes dentro e fora de serviço



FOTO: SÉRGIO SILVA

A quarta Jornada de Territorialização 2024 foi realizada em 15 de junho, em Belém (PA), pela Fundação Perseu Abramo e o Projeto Reconexão Periferias, em parceria com a Fundação Friedrich Ebert Brasil (FES) e Diretório do PT Estadual do Pará.

Durante o evento, foi lançado o caderno *Chacinas e Policiamento: os casos de Belém e Complexo do Salgueiro*, que aprofunda dados da pesquisa “Chacinas e a politização das mortes no Brasil”, realizada desde 2018 pelo Projeto Reconexão Periferias. A Iniciativa Negra por uma Nova Política

de Drogas e o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec-RJ) são parceiros na realização da segunda fase da pesquisa.

O levantamento identificou 786 chacinas reportadas em jornais do Brasil de 2011 a 2020. Entre eles, 111 casos são motivados por poli-

ciamento, envolvendo agentes dentro e fora de serviço. Também foram identificados entre outras motivações noventa casos nos quais há suspeita da participação policial. A Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas e o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec-RJ) são parceiros na realização da segunda fase da pesquisa.

Participaram da abertura da Jornada a socióloga e pesquisadora do projeto Sofia Toledo, o coordenador de projetos da Fundação Friedrich Ebert (FES) Willian Habermann, a vereadora de Belém Beatriz Caminha (PT-PA), a secretária estadual de Formação do PT-PA Euci Ana Gonçalves e a presidenta da CUT Pará Vera Paoloni.

A coordenadora do estudo, Sofia Toledo, destacou que foram coletadas informações como quantas pessoas



FOTO: SÉRGIO SILVA

morrem nas chacinas, que tipo de encaminhamento jurídico é dado e quem é ouvido nas entrevistas. “A maneira como a mídia reporta esses casos acaba gerando mais violência para as pessoas vitimadas e os territórios. Ainda que as vítimas não tenham antecedentes criminais, aparecem como ‘suspeitas de envolvimento’, sempre em uma narrativa que tenta justificar e legitimar essas mortes”, afirmou.

O advogado e mestre em Direito pela Universidade Federal do Pará Alexandre Julião foi parceiro na segunda fase da pesquisa e introduziu o estudo de caso da Chacina de Belém. “A pesquisa discute como a urbanização afeta as populações

periféricas e o controle social vem acontecendo a partir da realização de mortes coletivas em nossos territórios. Ajuda a pensar também como fazer uma agenda forte de denúncia para que a gente possa contribuir com formas de incidência política para tentar desbaratar esse tipo de atuação”, afirmou.

O professor da Universidade Estadual do Pará

(Uepa) Aiala Couto ressaltou a importância da pesquisa para que saia dos coletivos uma construção capaz de resolver o problema.

Susana dos Anjos Amaral, que é mãe de uma das vítimas da Chacina de Belém, criadora do Instituto Marcinho, disse que acreditava na polícia. “Eu achava que eles iam dizer quem matou meu filho. Eu andava todo dia para o IML, delegacia de homicídios, perguntando, mas ninguém dizia, ninguém respondeu. O Estado matou meu filho em 5 de novembro, matou meu filho um ano e meio depois e me mata todos os dias com a ausência dele”, disse.

Justiça climática - A segunda mesa, *Violên-*



FOTO: SÉRGIO SILVA

cia e Justiça Climática nas Periferias, debateu a pluralidade das periferias a partir do livro *Periferias no Plural* e teve a participação de Willian Habermann (FES); da arquiteta e professora da Universidade Federal do Pará Roberta Menezes; do membro do Coletivo de Juventude do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa) Gustavo Pereira; e da vereadora Beatriz Caminha (PT).

Para Roberta Menezes, quando se discutem intervenções nas periferias e qualificação dos territórios é preciso entender o contexto. “Nenhum aparato estatal, considerando as várias secretarias públicas de saneamento, habitação, está preparado para lidar com isso”, afirmou.

Segundo Gustavo Pereira, vivemos em um cenário em que o neoliberalismo foi tão astucioso que conseguiu se infiltrar não somente nas instituições, mas também nos partidos da esquerda e em nossas imaginações. “Qualquer política que consiga realmente en-



FOTO: SÉRGIO SILVA

carar a conjuntura em que a gente vive aparece supostamente como muito radical, senão inviável. Passamos por um negacionismo climático de extrema direita, mas dentro do campo da esquerda esse tema ainda aparece como pauta secundária, em eventos pontuais. A gente não vai conseguir avançar em nenhum direito social progressista se estivermos com uma cidade alagada”, afirmou.

A vereadora Beatriz Caminha disse que a COP não é um evento que trará os movimentos sociais e as periferias, pois

se trata de um momento do capitalismo. “Hoje no Brasil não temos planos de adaptação climática para as cidades pequenas, médias ou grandes. Nem temos fóruns de discussão regimentais sobre clima. A gente já acreditou que o problema era a falta de um projeto, mas hoje a gente sabe que é esse o projeto. Não ter projeto para as periferias, para aumentar a resiliência das famílias mais pobres, não ter projeto para as mães poderem sair de lugares em que o clima será muito afetado. Não ter projeto é o projeto do estado capitalista imperialista”. ■

ASSISTA : [/FundacaoPerseuAbramo](https://www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo)
OU EM: fprabramo.org.br

Jovem, negro e periférico, Ruan sonha que a cultura das periferias ofereça possibilidades de vida

ROSE SILVA



FOTO: SÉRGIO SILVA

Nascido e criado em Cidade Tiradentes, no extremo leste da capital paulista, Ruan Bernardo é o entrevistado desta edição da revista Reconexão Periferias em homenagem ao Dia do Estudante e ao Dia Nacional da Juventude, ambos celebrados em agosto.

“Moleque de quebrada”, como ele mesmo se define, é filho de migrantes que vieram de Alagoas e da Bahia em busca de oportunidades e uma vida digna. Aos 23 anos, ele se prepara para concluir o curso de Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo. Com todas as singularidades,

sua história representa bem as lutas, dificuldades e vitórias da juventude periférica brasileira.

Conte um pouco da história da sua família, como chegaram até aqui?

Minha mãe se chama Regina Lúcia Bernardo, é de Alagoas, começou a trabalhar com 8 anos de idade

colhendo cana de açúcar e, durante seu processo de vida, engravidou do meu primeiro irmão, que hoje tem 30 e poucos anos, e acabou sendo expulsa de casa justamente devido a essa perspectiva conservadora da sociedade. Se não tiver casado, a família não te vê. Engravidou de uma pessoa mais velha, com

o dobro da idade dela, quando ainda era menor de idade. Então, decidiram que o certo seria expulsá-la, e minha mãe acabou saindo de casa sem o filho, veio para São Paulo morar sozinha e como trabalhadora informal. Ela era vendedora de cachorro quente. Hoje ela trabalha como faxineira. Meu pai, Walter Gonçalves de Brito, é baiano, trabalhava também na roça desde pequeno, e, assim como minha mãe, veio para São Paulo e passou a trabalhar em obras. Eles foram morar juntos e viram uma possibilidade na invasão de terras para oferecer alguma infraestrutura para nossa família. E conseguiram ganhar o processo de legalização desse território, nossa habitação. Tenho quatro irmãos: Rodrigo, Isabela, Rafael e Roni. Eu nasci em um território de invasão, na Cidade Tiradentes, perto de onde fica hoje em dia o terminal.

De que forma a história da sua família influenciou suas escolhas e sua trajetória?

Sempre penso que venho



RUAN E A EQUIPE RECONEXÃO PERIFÉRIAS. FOTO: SÉRGIO SILVA

de uma diáspora, nessa perspectiva de expulsão do território, porque minha família teve e tem dificuldades expressivas decorrentes da violência. Achei que eu tivesse uma família estruturada - ter o pai e a mãe unidos é ter uma família estruturada, né? -, mas, na real, não é. Eu tenho um irmão que está preso, foi condenado a mais de dez anos de prisão por tráfico de drogas. Minha família saiu do território justamente pela necessidade de sobrevivência de seus outros filhos, mais novos. Meu irmão se chama Rodrigo. Ele é dois anos mais velho que eu. Nesse processo de saída do território, aos oito, nove anos de idade, a gente passou a morar numa região de classe média, perto do Tatuapé, na Vila

Carrão, em condições que não são propriamente de classe média. A gente continua sendo um grupo da periferia. Porque periféricos são todos aqueles excluídos dos espaços de poder. Mas eu continuo sofrendo com todas as violências nesse espaço, ainda que seja de classe média. Fomos morar numa casa em condições muito precárias. Consegui acessar uma escola privada como bolsista e passei a notar ali essas diferenças de realidade. Minha sala, minha escola tinha muito mais pessoas brancas. Para mim foi muito complicado, porque eu não me via naquele espaço, mas eu tentava me enxergar como uma pessoa branca para conseguir me inserir. Meus pais não tiveram chance de se formar nem mesmo no ensino funda-

mental, então, de certa forma, sou uma revolução para minha família. Eu sou o segundo filho a conseguir terminar o ensino médio e o primeiro de uma família inteira a conseguir acessar a universidade, potencialmente, a universidade pública.

Você teve acesso a livros e formação cultural quando era criança?

Quando eu morava na Cidade Tiradentes, o acesso cultural que a gente tinha era muito mais pelo esporte. Depois da transição com a minha família para um território de classe média e, principalmente, a escola privada, consegui ter mais acesso ao desenvolvimento cultural. O primeiro livro que eu li

foi na quarta série, “O Ladrão de Raios”. Uma possibilidade de desenvolvimento que eu tive foi pelo contato com o hip hop, com o rap, que meu irmão, infelizmente preso hoje em dia, me apresentou desde quando eu era criança. Lembro que eu tinha uns dois, três anos de idade, ele já mostrava para a gente Racionais e outros grupos. O funk também, porque temos muito esse acesso dentro da periferia. E claro que também a outros tipos de cultura, principalmente com o meu pai e a minha mãe, como o forró.

Como e quando foi que você começou a acreditar poderia estudar na USP, uma

das mais importantes universidades do Brasil? E quais foram as dificuldades?

Desde o ensino médio. Sou formado no Senai e também me formei em mecânica. Sempre tive essa ideia de sair do Sesi e do Senai com emprego, mas não foi bem assim, nunca trabalhei na área. Passei a pensar nessa possibilidade de entrar na universidade pública por conta de um professor.

Comecei a trabalhar como garçom, e, a partir de alguns amigos de classe média que estavam na universidade, compreendi que talvez fosse bom para mim, porque a universidade é uma das maiores possibilidades para a população pobre ascender.



FOTO: SÉRGIO SILVA

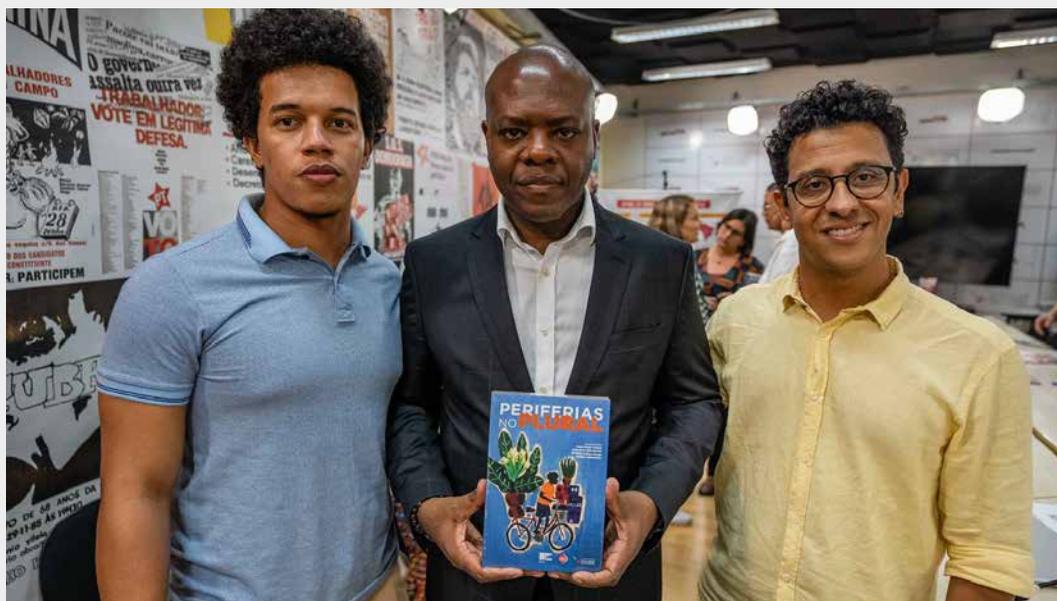


FOTO: SÉRGIO SILVA

Entrei no cursinho que eu pagava com meu salário de garçom, trabalhava aos finais de semana, e durante a semana eu consegui estudar. Aí eu acabei passando tanto em Ciências Sociais na Unicamp quanto em Gestão de Políticas Públicas na USP. O estudante negro pobre dentro da universidade, da escola privada, só tem amigos brancos. Penso que ter a possibilidade de estudar no campus da Zona Leste é muito bom para mim, porque eu consigo ver mais dos meus naquele espaço. Tive muita dificuldade no início, de conseguir entender e estudar o que era debatido dentro da

universidade, porque ainda que eu tenha tido a possibilidade de estudar em uma escola privada, eu não tinha acesso a cinemas, museus e outras produções culturais. O processo de formação na universidade pública, de certa forma, tem seus aspectos positivos socialmente, mas também tem esses muito negativos, porque a população negra não consegue se enxergar. Mas o que me deixa muito feliz é que a política de cotas nos tem feito prosperar de certa forma e acessar esses espaços.

Muitas pessoas desistem no meio do caminho porque não têm como se manter na universidade.

Você teve acesso a bolsa de permanência?

As políticas públicas voltadas à permanência são muito importantes como um todo. Eu tive bolsa no ano passado. Meu pai sofreu um acidente, lesionou as costas e está há um tempo sem trabalhar. E justamente por conta do acesso à política de permanência eu pude continuar na universidade pública. Conheci alguns amigos que, por conta da dificuldade, tiveram que trancar o curso. E eu acho que isso tem muito a ver com o nível de cobrança que a gente tem na USP, porque para eles manterem esse status de melhor universidade, alguém tem



RUAN E SUA FAMÍLIA. FOTO: ARQUIVO PESSOAL

de se matar para conseguir. E são os estudantes que conseguem fazer com que isso continue a prosperar, né? A disponibilidade de políticas públicas voltadas às cotas sociais, cotas raciais e políticas de permanência são essenciais.

Você não consegue aguentar quatro horas de trabalho, de aula, ler todos os materiais que são disponibilizados pelos professores, ainda que seja muito importante, óbvio. Mas a gente precisa pensar que as pessoas que estão estudando à noite muito provavelmente

te não têm o privilégio de estudar pela manhã. Muitas vezes eu estou passando pelo campus de manhã e tem estudantes tomando sol, aproveitando a universidade pública como um todo. Não é uma possibilidade que eu tive, nenhum estudante pobre tem.

Uma das coisas mais tristes que a gente vê hoje no Brasil é que muitos jovens saem da universidade e não conseguem trabalho. Como você vê essa questão?

Não é porque consegui acessar a universidade pública que vou ter emprego garantido. São muitos problemas que acabam desencadeando futuros que a gente não consegue compreender estando aqui hoje. Quando acessamos a universidade pública não temos essa garantia, nem as universidades privadas, que cada vez mais são sucateadas com objetivo de conseguir lucro. Mas a gente não tem que ter essa perspectiva de que a educação é um produto a ser vendido. Eu pretendo

começar a estudar agora, e, em 2026 iniciar o mestrado em Economia. Tenho muita vontade de continuar estudando cultura periférica, principalmente os bailes funks, porque são uma possibilidade de sobrevivência da nossa população periférica, uma possibilidade de relação com o território periférico, tentar fazer com que as nossas possibilidades cresçam, de certa forma, com base em nossa cultura. E que a nossa cultura seja mostrada não pelo viés apenas da violência e resistência à violência. Que seja uma possibilidade de sobrevivência e, para além de sobrevivência, de vivência, de demonstrar que a gente tem outras possibilidades também para a nossa vida, que não seja somente sobreviver. Passar 5 horas dentro do metrô... Tentar fazer com que em meio ao trabalho, à exploração, nossa cultura demonstre uma possibilidade de vida.

Você é um jovem negro. Hoje, o Brasil tem uma das legislações mais avançadas do mundo



FOTO: SÉRGIO SILVA

de combate ao racismo. Mas, infelizmente, ela não é eficaz para tornar a sociedade menos racista. Como foi que você percebeu que vive numa sociedade racista?

De certa forma, não adianta muito a teoria se a gente não tem a prática. É um dos países mais racistas do mundo e um dos que demoraram mais para acabar com a escravidão. Eu descobri o racismo em um dos primeiros enquadros que eu tomei. Porque a gente nunca esquece o primeiro “carinho” que recebe da polícia voltando para casa. Eu era menor de idade e fui agredido, não entendi o motivo. Em conversa com meu irmão mais velho, ele falou que isso é muito normal, e eu sempre fiquei pensando

sobre essas coisas. Dentro da escola também, percebi que eu era tratado diferente, principalmente por ter em sua grande maioria pessoas brancas. Não tive uma relação com meus pais que possibilitasse fazer essas discussões. Meu pai é uma pessoa negra, mas minha mãe é uma mulher branca que veio do Nordeste, não tem essa compreensão crítica. Meu pai usava o cabelo black power, foi seguido diversas vezes no mercado e ficava “p***” com os seguranças. Esse foi um tipo de representação política, de resistência para mim. Muitas das coisas, dos espaços que eu participo hoje, são na maioria de gente branca. Fui percebendo que quanto mais a gente vai progredindo economicamente na vida, menos pessoas negras vê

nos espaços. Na última vez que fui para o Rio de Janeiro a trabalho, entrei no hotel para deixar minhas malas no bagageiro. O gerente do hotel virou e falou assim: ‘Você faz parte da banda do Circo Voador, né?’ Eu disse que sou pesquisador, estava lá para um evento. Ele olhou para minha cara assim, tipo, ‘dane-se’, e saiu como se aquilo não fosse nada, sabe? É muito difícil a gente tentar fazer com que a teoria se torne prática não há nenhuma crítica com relação a essa normalidade que há no dia a dia. Porque, querendo ou não, se a gente não muda essa normalidade, essa rotina, não vai conseguir incidir sobre o racismo. Acho que é isso. Fazer com que pessoas que representem as minorias estejam mais nos espaços de representatividade como um todo. Falando como um jovem que vem da periferia, que volta para a periferia todo dia, não só enquanto compreensão territorial, que a representatividade é muito importante para a gente como um todo. ■

Há 44 anos, Cedenpa estimula arte, pesquisa e luta antirracista no Pará



FOTO: SÉRGIO SILVA

O Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa) é um quilombo urbano fundado durante o movimento de redemocratização do Brasil. O regime era ditatorial, porém, o ambiente favorável à abertura política e as notícias sobre o movimento negro estadunidense instigavam a busca por justiça racial.

O marco principal para a fundação do coletivo foi a participação de um representante do Pará no encontro realizado para a criação do memorial Zumbi, em Alagoas, em 1980. E também a aproximação com trabalhadores do Conselho Indigenista Missionário local.

Seus objetivos são ligados diretamente à luta contra o racismo, o preconceito, a discriminação e as desi-

gualdades sociorraciais. As ações do Cedenpa estimulam o aumento da autoestima coletiva da população negra e a busca por cidadania plena. Além disso, leva em conta a necessidade de aprovação de políticas públicas específicas para a população negra por meio de ações afirmativas, inclusive, para garantir a equidade, no mais breve tempo possível. O Cedenpa participa de articulações e atividades

ligadas à construção da democracia, do respeito aos Direitos Humanos e dos princípios do Bem Viver.

O estudante de Medicina Veterinária Rui Gemaque afirma que entrou no Centro a partir de uma perspectiva ambiental. “Na minha caminhada, descobri que, para preservar a fauna e a natureza, não basta simplesmente cuidar dos bichos, é preciso cuidar da floresta, de

quem mora nela, sobretudo as pessoas pretas que são mais marginalizadas. Então, a partir de atividades que foram ocorrendo por aqui, formações para as crianças sobre o meio ambiente, a Amazônia, fui me aproximando e acabei ficando. Eu vejo o Cedenpa como quilombo urbano no espaço de acolhimento para a galera que faz parte, que está ao redor e acho que consegue se expandir pelo território do Estado até nacionalmente”, afirma.

Sobre a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), que será realizada em Belém em 2025, ele observa que chegam grandes obras de infraestrutura na cidade e as melhores são alocadas em bairros mais nobres. Ao mesmo tempo, as mais singelas são colocadas em bairros periféricos. “Isso envolve toda a questão do racismo ambiental e carência de políticas públicas para quem precisa mais”, afirma.

A professora Roberta Sodré, do Coletivo de Juventude Negra e do

Núcleo de Educação, é moradora de um bairro periférico. Seu primeiro contato artístico com o coletivo deu-se pelo grafite. “O Cedenpa propiciou o Primeiro Encontro de Grafite Negro, do qual participei. Saber onde está a população negra que se movimenta e faz as coisas acontecerem me impactou desde o início, fui convidada a ficar e permaneci eternamente. Como jovem negra da periferia, eu percebi que a história do Centro se confunde com nossa história de vida”, relembra.

“Aqui a gente tem no Núcleo de Educação, atividades voltadas para crianças, musicalização e tudo mais. Isso é tentar trazer o bem-viver pra população preta, porque a gente já sabe que a nossa população é historicamente marginalizada, criminalizada e acaba sendo

inferiorizada dentro desse racismo estrutural que faz com que a gente não se reconheça em locais de poder nem em espaços de discussão. Quando eu vim pra cá, mudou minha posição. Agora eu sou uma pessoa que fala sobre isso, luto contra isso, não só uma pessoa que sofre”, pontua.

A comunicadora Vic Argôlo está no GT de tecnologia da instituição e constrói o coletivo de juventude negra. “As pessoas estão vendo que eu sou uma pessoa trans negra. Vivo no centro, mas meu corpo é periférico, e acho que essa é uma dinâmica não muito falada quando se pensa vulnerabilidades e violências nos espaços. O Cedenpa para mim é uma casa, um Ilê, um lugar onde eu chego muito como um chamado de obrigação”, relata.



FOTO: SÉRGIO SILVA



FOTO: SÉRGIO SILVA

“Como eu estou nesse *front* da tecnologia, vou tentar fazer um flash do que eu penso, em uma perspectiva racial, dessa violência, na perspectiva

do futuro. Sobre as reformas em prol da COP 30 estão sendo instalados na cidade totens de segurança pública que têm um alcance de reco-

hecimento facial, com câmeras de 360 graus, que ficam distribuídos em pontos específicos da cidade. Isso abre para nós um contexto de debate sobre vigilância e segurança em um nível muito específico. Pergunto, assim, como vai funcionar esse sistema de reconhecimento facial? Quais corpos esse sistema penitenciário vai reconhecer enquanto um corpo criminoso?”, questiona.

A entrevista completa realizada com as três jovens lideranças do Cedenpa pode ser assistida [neste link](#).

Quilombolas de Alagamar lutam por titulação

Francisco dos Santos nasceu em 1952, na comunidade quilombola de Alagamar, que reúne em torno de 600 famílias e foi reconhecida em Brasília há mais de dez anos, porém, até hoje não está titulada pelo governo federal. Aos 71 anos de idade, ele é aposentado e vive com sua esposa Maria Aparecida, na casa onde nasceram seus cinco filhos: Fábio, Fabiano, Fernanda, Marcela e Letícia, que estuda

Engenharia Química na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Francisco conta ter sido um dos fundadores da Associação de Remanescentes de Quilombos de Alagamar, criada para que projetos e benefícios dos governos municipal, estadual e federais pudessem chegar mais facilmente aos moradores. Ele explica a importância da titulação para a comunidade. “Nós vivemos aqui na agricultura e

hoje não tem terra para o povo trabalhar. Porque tem gente que não tem onde plantar nenhum feijão, nenhum um milho, nem um amendoim. Estamos precisando do título da terra, e então, assim que o título chegar, precisaremos também do apoio do governo na agricultura, principalmente maquinário, já que muitos estão idosos e com uma máquina facilita mais o trabalho para o homem do campo”. ■

A pluralidade da luta por direitos nas periferias

Desde o início de 2020, o Projeto Reconexão Periferias realiza programas para discutir os temas mais diversos relacionados às periferias, sempre dialogando com organizações, coletivos, movimentos sociais, ati-

vistas e militantes de todo o país. Durante os meses de junho e julho de 2024, foram exibidos programas com temáticas associadas a esta e à edição edição de maio/junho da Revista Reconexão Periferias: “Territorialização abre no-

vos diálogos nas periferias do Brasil”.

Os encontros ocorreram quinzenalmente, sempre às terças-feiras às 17h, horário de Brasília, no canal do [youtube da FPA](#)

Confira os programas de junho e julho e acesse o canal da Fundação Perseu Abramo para assistir:

11/06/2024: Economia solidária protege direitos e o meio ambiente - com Cassiano Henrique Tenfen

02/07/2024: Ancestralidade, território e luta por direitos - com Iyalorixá Nalva de Oxum

16/07/2024: Cedenpa luta por autoestima, afeto e cidadania para a população negra - com Roberta Sodré, Rui Gemaque e Vic Argôlo

30/07/2024: Lutas, desafios e vitórias da juventude negra periférica - com Ruan Bernardo



Skarlati Kemblin, Dacordobarro

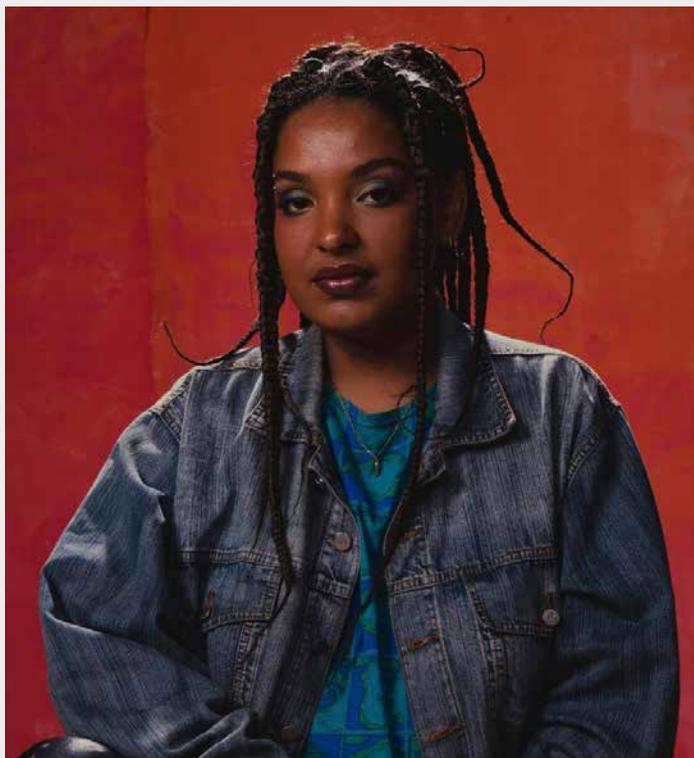


FOTO: ACERVO PESSOAL

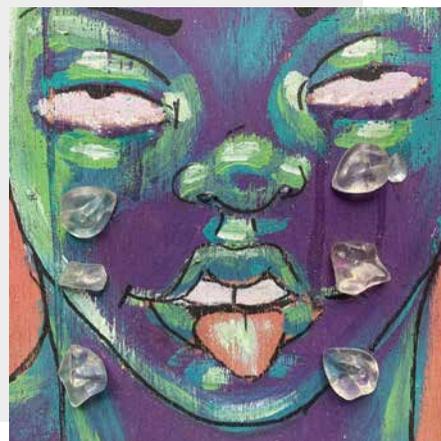
Nascida e criada em Manaus (AM), a multiartista visual, artesã, empreendedora e educadora social licenciada em Artes Visuais pela Universidade Federal do Amazonas Skarlati Kemblin, Dacordobarro, mora atualmente em São Luís (MA). É formada em terreiro, ruas, viagens, escuta e vivências. Suas obras têm como foco a reparação da memória, a partir da imagem, no que diz respeito ao corpo escuro na

sociedade brasileira, em um contexto de liberdade, fé e autoestima. Suas referências passam pela música, moda, oralidade e o cotidiano. "Minhas principais referências são as pessoas próximas a mim, amigos, minha mãe, minha mãe de santo, meu terreiro, as músicas que escuto, os lugares que vou", diz.

Atualmente ela tem observado artistas como Ventura Profana, Tadáskia, Ludmila, Grada

Quilomba, Oshoock Mc, Nubia, Rafa Militão, Duquesa, Luedji Luna, Raphael Cruz, BBmutha, Bonikta, Kmillla CDD, Mayara Amaral, Elza Soares, Rosana Paulino, Conceição Evaristo, Criola, Juju Rude, Ebony, Tassila Custodes. "São muitas as pessoas que me inspiram a buscar a minha autenticidade".

Utiliza como suportes de intervenção pela cidade lambe-lambe, sticker e grafite. Durante seus processos de desenvolvimento, participou de exposições coletivas como "Enciclopédia Negra/ SP, 2021" e "Afrofuturismo: Las Caras Lindas de mi Gente Negra/ NY, 2022". E também da individual "Para cada



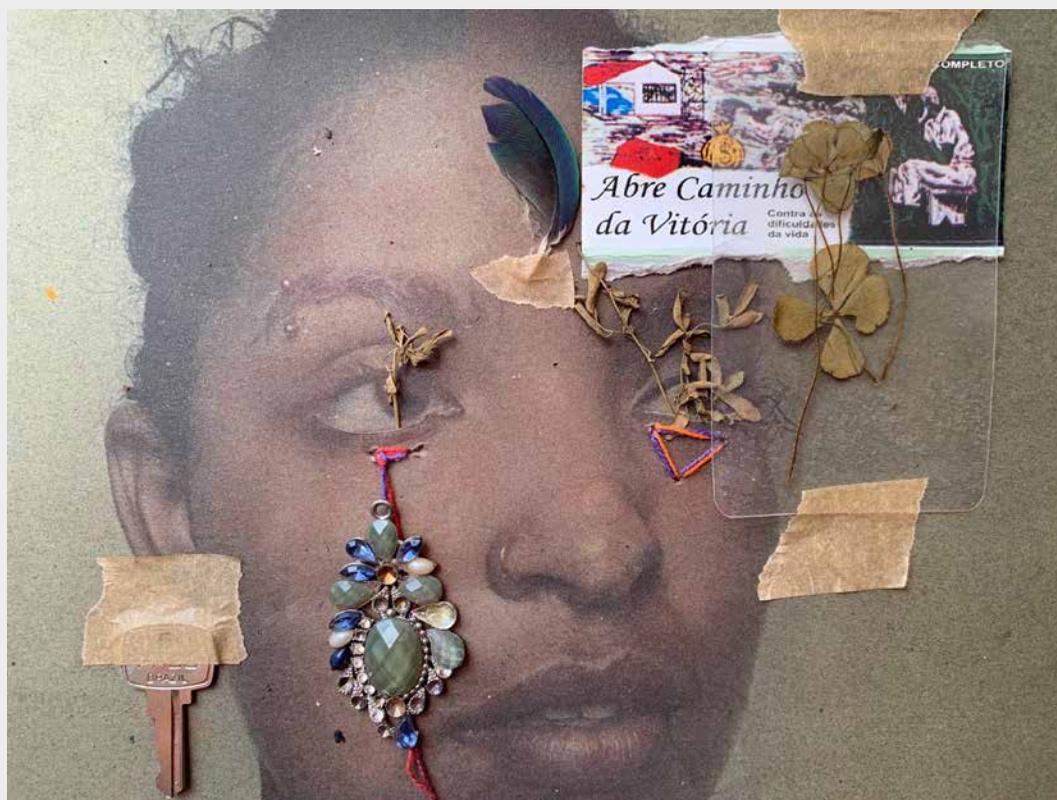
"LÁGRIMAS SÃO GOTAS SALGADAS DO OCEANO. SAL-DADES". PINTURA EM MADEIRA, 2022. FOTO: ACERVO PESSOAL

vela, um pedido / MAO, 2018". Mais recentemente, "De gota em gota/ SLZ, 2023". Participou de eventos de Arte Urbana como o "Festival Mural Pedra Papel e Tesoura/ Recife (PE)" e "Festival

de Grafite Pão e Tinta/ Recife (PE)". E também do Festival de curtas "Fica na rede maninho", com a obra Entre pés e cabeças, resultado de viagens de caronas e ônibus pelo Brasil realizadas de

2018 até a pandemia.

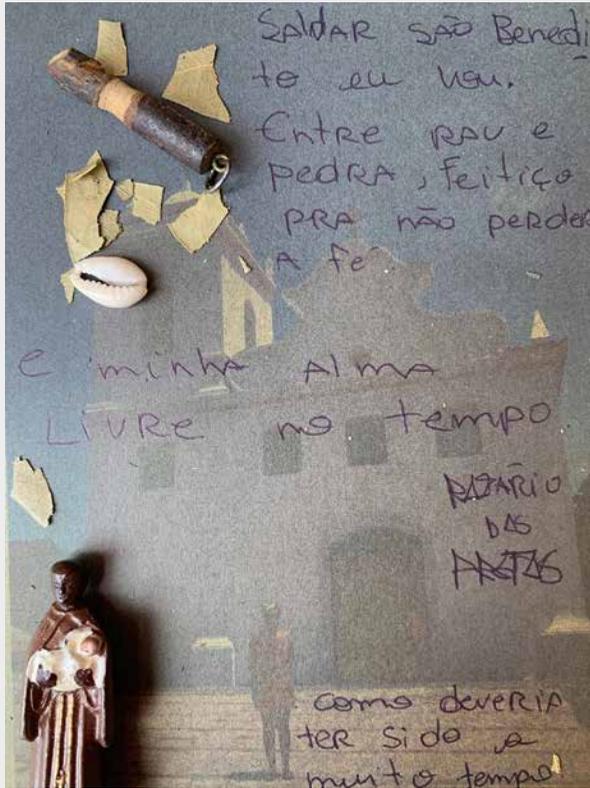
Em 2023, foi indicada ao Prêmio Pipa, Janela das Artes. Atualmente colabora com projetos de incentivo à juventude e pinturas em tela.



"ABRE CAMINHO" COLAGEM MANUAL SOBRE FOTOGRAFIA IMPRESSA. 2020. FOTO: ACERVO PESSOAL

Instagram e contato:
<https://www.instagram.com/dacordobarro/>

ARTE - SKARLATI KEMBLIN, DACORDO BARRO



"MINHA ALMA LIVRE NO TEMPO".
POSICIONAMENTO DE RELÍCIOS SOB
FOTOGRAFIA IMPRESSA. ALCANTARA, MA. 2020.
FOTO: ACERVO PESSOAL



DEIXA AS CRIANÇAS BRINCAREM_, RESIDÊNCIA
ARTÍSTICA CUÍCA, AÇÃO DA LAMBES BRASIL, 2020.
FOTO: ACERVO PESSOAL

Gyselle Kolwalsk

A artista visual, ilustradora, quadrinista e artista gráfica Gyselle Kolwalsk traz influências de artistas paraenses como Rodrigo Leão, Paula Sampaio e Matheus Aguiar, mas também gosta muito dos quadrinistas: Lourenço Mutarelli e Alberto Breccia. Mestranda em Artes pelo PPGArtes da Universidade Federal do Pará, mora em Belém (PA).



FOTO: ACERVO PESSOAL



OBRA: PACIENTE DO VAZIO. FOTO: ACERVO PESSOAL





OBRA: PACIENTE DO VAZIO. FOTO: ACERVO PESSOAL

Instagram e contato:
<https://www.instagram.com/kolwalsk>

Edital	Foco	Prazo	Link
Edital de intercâmbio cultural Minc nº 1, de 5 de outubro de 2023	Constitui objeto deste Edital a concessão de recursos financeiros com vistas a indenizar despesas de deslocamento, permanência e participação de agentes culturais, para apresentação de trabalho próprio, em eventos, festivais, feiras de negócios e outras atividades culturais, no Brasil e no exterior, que promovam o intercâmbio e a difusão de temas e expressões transversais que – por sua sazonalidade, peculiaridade, transversalidade ou ineditismo, não possuam locus institucional claramente definido no âmbito do Ministério da Cultura.	Até 31 de Dezembro de 2026	https://mapas.cultura.gov.br/oportunidade/2059/
Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade - Edição 2024	O Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, de caráter nacional, é promovido pelo Iphan desde 1987, como mecanismo de fomento às ações de preservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural Brasileiro que, em razão da sua originalidade, relevância e caráter exemplar, mereçam registro, divulgação e reconhecimento público. Em 2024, com o tema "Visibilidade de Gênero na Economia do Patrimônio", serão premiadas ações de excelência no campo do Patrimônio Cultural Brasileiro realizadas, parcial ou totalmente, entre os anos de 2021 e 2023, a partir de uma perspectiva de envolvimento, valorização e empoderamento de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ em papéis protagonistas nas redes produtivas do patrimônio.	Até 09 de Agosto de 2024	https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/premios/premio-rodrico-melo-franco-de-andrade

OPORTUNIDADES JULHO/AGOSTO

<p>Edital FazCultura 2024 - Bahia</p>	<p>A Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA) anuncia a abertura das inscrições para o Programa Fazcultura 2024, iniciativa que viabiliza o patrocínio de projetos e atividades culturais em todo o território baiano. O programa disponibiliza R\$15 milhões em recursos para fomentar a produção cultural em diversas áreas, como música, teatro, dança, cinema, literatura, artes visuais, entre outras.</p>	<p>Até 31 de Dezembro de 2024</p>	<p>https://siic.cultura.ba.gov.br/</p>
<p>Edital 005/2024 movimentação galerias</p>	<p>Constitui objeto deste edital premiar até 10 (dez) propostas expositivas individuais e/ou coletivas de artistas visuais ou produtores culturais de Contagem para ocuparem as galerias do Centro Cultural de Contagem, Galeria da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira Museu Histórico de Contagem e Casarão do Parque Gentil Diniz.</p>	<p>Até 14 de Agosto de 2024</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/14681?lo-cale=es</p>
<p>"Programa ICMS Cultural - Edital Patrimônio Histórico"</p>	<p>Constitui-se como objeto desse Edital a seleção e autorização de projetos de intervenção em patrimônio edificado e edificações de interesse histórico-cultural, situados no Centro Histórico de João Pessoa, para captação de recursos oriundos da iniciativa privada, por meio do Programa ICMS Cultural.</p>	<p>Até 27 de Setembro de 2024</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/14471?lo-cale=es</p>

OPORTUNIDADES JULHO/AGOSTO

<p>Edital: Práticas de Agricultura Sustentável</p>	<p>Aumentar a renda de produtores rurais de baixa renda por meio do fortalecimento de seus processos produtivos e apoio no desenvolvimento de práticas de agricultura sustentável, contribuindo para o aumento da resiliência e sustentabilidade de sistemas agrícolas. Sendo que poderão participar as Associações ou cooperativas rurais que já adotem práticas ou tenham iniciado a transição para a agricultura sustentável e com CNPJ ativo há 2 anos, pelo menos. Serão priorizadas organizações lideradas ou formadas por mulheres, pessoas negras, indígenas, comunidades tradicionais e juventude rural.</p>	<p>Até 21 de Agosto de 2024</p>	<p>https://www.aipe.org.br/agricultura.php#inscricao</p>
<p>Edital: Turismo Sustentável</p>	<p>Incrementar a renda de comunidades que atuam em ações de promoção de turismo sustentável (urbano ou rural) por meio da articulação de atividades e negócios que preservem seus territórios e valorizem a cultura e patrimônio histórico local. Sendo que poderão participar Organizações sem fins lucrativos com projetos ligados ao turismo sustentável e com CNPJ ativo há 4 anos, pelo menos. Serão priorizadas iniciativas de turismo de base comunitária, turismo étnico e organizações lideradas ou formadas por mulheres, pessoas negras, indígenas, comunidades tradicionais e juventudes.</p>	<p>Até 21 de Agosto de 2024</p>	<p>https://www.aipe.org.br/turismo.php#inscricao</p>

OPORTUNIDADES JULHO/AGOSTO

<p>Banco de Projetos Socioambientais</p>	<p>O Instituto EDP é o órgão gestor dos investimentos sociais do Grupo EDP no Brasil, atuando como uma plataforma de relacionamento que contribui para a inclusão social, qualidade de vida e bem-estar das comunidades onde a EDP atua. Dessa forma, criamos este presente canal de captação contínua para projetos sociais cujo propósito seja o desenvolvimento social, cultural e ambiental da comunidade(s) que atuam.</p>	<p>Inscrições Contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/14331?locale=es</p>
<p>Elas Avançam: Ambientes Prósperos para o Protagonismo Feminino</p>	<p>Buscamos projetos que promovam atividades, ações de capacitação e formação profissional, qualificação em tecnologia e/ou desenvolvimento de habilidades e competências que fortaleçam as mulheres e promovam a equidade de gênero. Projetos que contribuam, de forma direta ou indireta, para a construção de um ambiente fértil para o protagonismo feminino por meio de ações como o desenvolvimento de lideranças, o combate ao machismo, atividades no contraturno escolar para crianças, a promoção da saúde e bem-estar, o combate à discriminação e violência de gênero, etc.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/9048-elas-avancam-ambientes-prosperos-para-o-protagonismo-feminino</p>



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

